

Sobre a história europeia ultramarina – um núcleo de pesquisa na Alemanha e as suas atividades e produções científicas

PETER JOHANN MAINKA*

Resumo: Este artigo pretende apresentar o grupo de pesquisa sobre a expansão europeia e a história europeia ultramarina nos Tempos Modernos, ou seja, na primeira era da colonização, na Universidade de Bamberg/Alemanha, assim como as suas atividades (congressos anuais) e produções científicas, especialmente a edição de uma coleção abrangente de fontes relacionadas à temática.

Abstract: This paper intends to present the group of research about the European expansion and the European history of overseas in the Early Modern Times, that is in the first age of colonization, existing at the University of Bamberg in Germany as well as his activities (yearly congresses) and scientific productions, especially the edition of a comprehensive collection of documents about this subject.

Palavras-chave: Expansão europeia. História europeia ultramarina. Era da colonização.

Key words: European expansion. European history of overseas. Age of colonization.

Introdução

As condições do poder, ou seja, a prepotência dos países descobridores e colonizadores da Europa – principalmente Portugal, Espanha, França, Países-Baixos e Inglaterra – caracterizaram as relações políticas e econômicas entre as metrópoles e as colônias, entre o Velho e o Novo Mundo, na época entre os séculos XV e XVIII, quando a maioria dos grandes descobrimentos foi feita. A mesma prepotência, ou seja, um ponto de vista claramente eurocêntrico esteve presente na historiografia sobre os

* Professor visitante no Departamento de Fundamentos da Educação (DFE) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá/Paraná (UEM) e professor participante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Paraná, em Curitiba (UFPR).
E.mail: peter.ursel@wnet.com.br

encontros do mundo europeu com os outros continentes e civilizações na primeira era colonial. Este eurocentrismo determinou também no século XIX e grande parte do século XX a prática política, assim como a reflexão teórica e a historiografia sobre as relações europeu-ultramarinas. Somente a partir da segunda metade do século XX, o eurocentrismo perdeu, aos poucos, sua importância outrora inquestionada.

A Europa deixou de ser o único centro do mundo, permanecendo um dos pontos principais, mas ao lado de outros. O monopólio do antigo enfoque europeu acabou, enquanto a concorrência de perspectivas diferentes e legítimas começou. Conseqüentemente, os pontos de partida e de vista, tomados quase que exclusivamente pelos historiadores nos tempos anteriores, sofreram uma relativização. Essa mudança fundamental atingiu também as pesquisas realizadas na Europa sobre a história da expansão e colonização européia. A perspectiva da transferência cultural unilateral da Europa para as suas colônias ultramarinas, numa "mão única", se tornou, sob a perspectiva de aculturação, em uma "estrada com trânsito nas duas direções". Dessa maneira, o horizonte intelectual dos pesquisadores, assim como, conseqüentemente, a base da sua investigação, ampliou-se. Além disso, o método científico de comparação, ou seja, pesquisas comparativas sobre as respectivas relações entre Estados colonizadores da Europa e as suas colônias na África, na América do Sul, Central e do Norte, na Ásia, etc., ampliaram o enfoque ainda mais e resultaram em conhecimentos gerais muito valiosos sobre mecanismos característicos da colonização, sobre o intercâmbio cultural e o processo de aculturação. Logo, tornou-se óbvio que somente é possível avançar nesse caminho trabalhoso de pesquisa, quando muitos pesquisadores de diferentes disciplinas e de diferentes países colaboram e se unem em grupos e centros de investigação.

Um desses centros de pesquisa mais importantes na Alemanha e na Europa que tratam da história da expansão européia para os países dos outros continentes sob várias perspectivas está ligado à cátedra da História dos Tempos Modernos, na Universidade de Bamberg, na Baviera, e sob a direção do seu chefe, Prof. Dr. Eberhard Schmitt.

Centro de pesquisa

O Prof. Dr. Eberhard Schmitt fundou, em 1978, o grupo de pesquisa “História da expansão europeia” na Universidade de Bamberg, onde, após a sua nomeação, em 1976, o tema da expansão europeia começou a ocupar um lugar privilegiado tanto na pesquisa quanto no ensino. Em Bamberg, nasceu uma das melhores bibliotecas especializadas da Europa para a investigação das relações europeu-ultramarinas. Essa linha de pesquisa na Universidade de Bamberg foi apoiada, entre 1977 e 1992, por um milhão de marcos (em valores de hoje, aproximadamente, 500.000 euros). Além disso, a Biblioteca Central da Universidade de Bamberg recebeu doações de livros preciosos, às vezes únicos de valor imenso, como, por exemplo, em 1995, pelo governo de Portugal, através da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Sob essas boas condições materiais, o Prof. Schmitt e sua equipe iniciaram, na década de 80 do século XX, a edição monumental de fontes referentes à expansão europeia nos Tempos Modernos, intitulada *Documentos sobre a história da expansão europeia* e financiada pela Fundação Volkswagen – edição, cujos volumes devem ser apresentados, mais detalhadamente, nesta resenha.

A edição baseou-se em resultados científicos, obtidos em simpósios nacionais e internacionais, palestras de professores ou docentes visitantes e oficinas – eventos que acompanharam todo trabalho editorial. Em 1988, ao preparar o 37º *Deutscher Historikertag* (Encontro dos historiadores alemães),¹ que se realizou em Bamberg sobre o tema geral “Europa e a história fora da Europa”, percebeu-se a falta completa de uma estrutura adequada, ou seja, uma instituição especializada e capaz de juntar e coordenar as pesquisas mais variadas, realizadas nas diferentes disciplinas históricas sobre essa temática. Diante disso, esse projeto de publicação, que já havia necessitado da troca de idéias e da colaboração de pesquisadores acima das fronteiras nacionais, tornou-se o núcleo institucional, ou seja, a vertente virtual, em volta da qual passaram a gravitar muitas outras pesquisas relacionadas ao tema.

No dia 20 de setembro de 1989, uma dúzia de pesquisadores e financiadores se juntaram ao *Forschungszentrum für vergleichende europäische Überseegegeschichte* (Centro de pesquisa sobre a história comparativa europeia do Ultramar), cujo nome foi modificado mais tarde para *Förderverein Forschungstiftung für vergleichende europäische Überseegegeschichte*.

¹ Cf. *Der Förderverein*, 1996, p. 8. Em ocasião deste evento, foi realizada uma exposição sobre “Comerciantes como donos coloniais: o mundo comercial dos holandeses do Cabo da Boa Esperança até Nagasaki (1600-1800)”.

O objetivo principal deste *Förderverein* [Associação] foi “a criação de uma fundação de direito público, de uma ‘Fundação para a pesquisa sobre a história comparativa europeia do Ultramar’”. Ela deveria ser permanente e tentar estabilizar, independente de conjunturas intelectuais, a promoção e o aprofundamento da pesquisa sobre a expansão europeia, assim como as suas repercussões fora da Europa e na própria Europa; ela deveria ativar a discussão sobre novas perspectivas e novos resultados de pesquisa e integrar estes resultados à nossa visão de história, determinada inadequadamente, especialmente a partir da unificação da Alemanha, em 1989, por tendências nacional e eurocêntrica.”² Além disso, foi estabelecida uma série científica própria de publicações, intitulada “Kleine Beiträge zur europäischen Überseegegeschichte” [Pequenas contribuições para a história europeia ultramarina], a fim de apresentar os resultados de estudos importantes e notáveis a um público interessado maior. Ao todo, foram publicados 32 cadernos nesta série, que foi substituída, em 2001, pela revista *Jahrbuch für vergleichende Überseegeschichte* [Anuário de história comparativa ultramarina], publicado pelo *Förderverein*. O terceiro volume desta revista do ano de 2003 está sendo preparado.

Finalmente, o *Förderverein* assumiu a tarefa de organizar encontros anuais, estabelecendo, assim, um fórum científico de discussão entre professores, pesquisadores e acadêmicos de disciplinas diferentes e de universidades diferentes.

Os temas destes congressos anuais foram:³

- 1990 Vizinhos não amados: Formas repressivas de aculturação no Ultramar na primeira era de colonização (em Bamberg).
- 1991 Descobridores com pincel e pena: fontes de imagens sobre a história europeia do Ultramar e a sua interpretação como questão da pesquisa (I) (em Bamberg).
- 1992 Idem (II).
- 1993 Formas de trabalho e tecnologias em comparação intercontinental (em Hamburg).
- 1994 Autopercepção e percepção pelos outros nos contatos entre os europeus e os de fora da Europa (em München).
- 1995 Novas pesquisas de conflito: o exemplo da América espanhola (em Bamberg).
- 1996 Relatos de viagens do Ultramar: índios, indianos, ilhoas (em Zuriq).

² *Idem*, p. 9.

³ Cf. *idem*, p. 9 e segs. Cf. também a seguinte página na internet: www.uni-bamberg.de/~ba5ne3/home.html

- 1997 A caminho da Megalópolis: a cidade colonial e o seu desenvolvimento (em Münster).
- 1998 Encontro intercultural nos Tempos Modernos: os jesuítas e a disseminação transcontinental do Cristianismo (1540-1773) (em Mülheim).
- 1999 História europeia ultramarina comparativa – balanço de pesquisa (em Bamberg).
- 2000 No encaicho da expansão holandesa (em Leiden).
- 2001 Exposições coloniais dos séculos XIX e XX (em Ludwigsburg).
- 2002 As cidades de Hanse e o Ultramar (em Bremen).

Em fase de preparação:

- 2003 Migração forçada e trabalho escravo nos Tempos Modernos (em Hagen).

O *Förderverein*, presidida entre a sua fundação, em 1989 e 1999, pelo Prof. Dr. Eberhard Schmitt, tem, hoje, aproximadamente 170 membros,⁴ entre eles professores, pesquisadores e académicos das várias disciplinas universitárias, assim como promotores e outros interessados, e está ainda crescendo. O presidente atual, na gestão de 2001 a 2003, é o Prof. Dr. Horst Gründer, da Universidade de Münster e o vice-presidente, o Prof. Dr. Horst Pietschmann, da Universidade de Hamburg.⁵

Após dez anos de trabalho e concentração de forças, o *Förderverein* conseguiu o seu objetivo principal e fundou, em 1999, a “Forschungsstiftung für vergleichende europäische Überseegeschichte” [Fundação para a pesquisa sobre a história europeia ultramarina comparativa], uma fundação com recursos próprios, de mais de 160.000 marcos alemães [no valor de hoje aproximadamente 50.000 euros], com sede em Bamberg. Presidente do conselho de administração se tornou o Prof. Dr. Eberhard Schmitt.⁶ A partir daí, existiam o *Förderverein* e a *Forschungsstiftung*, lado ao lado, formalmente separadas e independentes uma da outra, cada uma com a sua própria tarefa, mas, em acordo com os seus estatutos, relacionadas estreita e inseparavelmente: “A Fundação administra, prioritariamente, o capital da Fundação, enquanto o *Förderverein* esforça-se por unir as pessoas, tanto no interior quanto no exterior do país, que estão interessadas na história ultramarina

⁴ Informação de Thomas BECK numa carta ao autor, Bamberg, 12 de outubro de 2000 e num telefonema no dia 22 de janeiro de 2003.

⁵ Cf. a página na internet, mencionada na nota 3.

⁶ Cf. a carta de Thomas BECK (nota 4) e a seguinte página na internet: www.forschungsstiftung-ueberseegeschichte.de

a fim de ações coletivas, e promover os trabalhos científicos, e dar publicidade à história ultramarina e enraizá-la mais na consciência pública, assegurar e disponibilizar fontes e coleções referentes ao tema, mas desconhecidas e, eventualmente, e providenciar conselhos e orientações. Em poucas palavras, oferecer aos cientistas especializados, assim como leigos interessados, tanto indivíduos quanto instituições, jovens e velhos um fórum adequado de encontro e manutenção de contatos, de troca e mediação de informações, assim como *last but not least*, apoiar o crescimento da Fundação e fazê-la ativa”.⁷ O fato de que o *Förderverein* organiza anualmente grandes congressos internacionais e publica, regularmente, os resultados de pesquisas, a partir de 2001, por meio de uma revista própria, comprova, suficientemente, a vitalidade deste núcleo de pesquisa, que se tornou, de fato, “um nó virtual, unindo diferentes atividades com iguais ou semelhantes finalidades”,⁸ ou seja, um referencial nacional e internacional para todos os que se ocupam com a história europeia ultramarina.

Publicação de fontes

O ponto de partida deste grupo de pesquisa e, ao mesmo tempo, o ponto principal, em volta do qual a maioria dos pesquisadores envolvidos gravitam, é a edição de uma coleção de fontes, relacionadas à expansão europeia para os outros continentes do mundo, no período entre a Idade Média e o fim dos Tempos Modernos e do sistema colonial antigo. Trata-se de uma série de sete volumes, editada pelo Prof. Dr. Eberhard Schmitt e intitulada *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion* [Documentos sobre a história da expansão europeia].

“Descrever o processo da europeização do mundo”, um dos processos globais mais importantes e de efeito na história dos Tempos Modernos,⁹ é o objetivo principal desta edição, que apresenta uma multiplicidade e variedade de fontes, traduzidas, às vezes, pela primeira vez, para o alemão, cada uma delas com um comentário científico muito informativo, com referências bibliográficas específicas, preferencialmente de pesquisas alemãs, inglesas ou francesas, no caso de falta de pesquisas nestas línguas, também em espanhol ou português. Além disso, cada um

⁷ Página da internet: www.uni-muenster.de/FVEUG/profil.htm

⁸ Carta de Thomas BECK (nota 4).

⁹ SCHMITT, Eberhard. In: *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion*. Vol. 1, 1986, orelhas.

dos capítulos dos volumes contém uma introdução científica ampla, fornecendo uma contextualização histórica e colocando os documentos apresentados, num contexto maior. A apresentação das fontes é completada por mapas, ilustrações, índices onomástico, topônimo e remissivo, assim como um cronograma detalhado.

Dos sete volumes projetados, quatro foram publicados até hoje,¹⁰ a saber:

- Vol. 1: *Die mittelalterlichen Ursprünge der europäischen*. Hg. von Charles Verlinden und Eberhard Schmitt, Expansion [As origens medievais da expansão europeia. Ed. de... Schmitt] München: Verlag C. H. Beck 1986, 450 p., 15 mapas, 19 ilustrações.
- Vol. 2: *Die grossen Entdeckungen*. Hg. von Matthias Meyn, Manfred Mimler, Anneli Partenheimer-Bein und Eberhard Schmitt [Os grandes descobrimentos. Ed. de ... e Schmitt], München: Verlag C. H. Beck 1984, 659 p., 21 mapas.
- Vol. 3: *Der Aufbau der Kolonialreiche*. Hg. von Matthias Meyn, Manfred Mimler, Anneli Partenheimer-Bein, Susanne Petersen-Gotthardt, Horst Pietschmann, Thomas Schleich und Eberhard Schmitt [A organização dos impérios coloniais. Ed. de Schmitt], München: Verlag C. H. Beck 1986, 623 p., 13 mapas, 32 ilustrações.
- Vol. 4: *Wirtschaft und Handel der Kolonialreiche*. Hg. von Pier C. Emmer, Manfred Mimler, Anneli Partenheimer-Bein, Susanne Petersen-Gotthardt, Thomas Schleich, Eberhard Schmitt und Jürgen Schneider [Economia e comércio nos impérios coloniais. Ed. de Schneider], München: Verlag C. H. Beck 1988, 761 p., 10 mapas, 4 gráficas, 46 ilustrações.

Para completar a série, faltam, ainda os volumes 5 a 7, que estão em fase de preparação:

- Vol. 5: *Das Leben in den Kolonien* [A vida nas colônias] – data prevista de publicação: 2004.
- Vol. 6: *Kolonialbesitzungen und internationale Politik* [As possessões coloniais e a política internacional].
- Vol. 7: *Das Ende des alten Kolonialsystems* [O fim do sistema colonial antigo].

¹⁰ Estes volumes são disponíveis para consulta na Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá/Paraná (UEM).

Devido às experiências feitas no decorrer do trabalho realizado até este momento, tomou-se a decisão de incluir mais dois volumes como especiais nesta coleção de documentos. São os seguintes:

- *Schiffe, Seeleute und Leben an Bord im Zeitalter der grossen Entdeckungen* [Navios, marinheiros e a vida a bordo na era dos grandes descobrimentos].

Die europäische Expansion in Schrift-und Bilddokumenten der Nichteuropäer [A expansão europeia em documentos escritos e de imagem dos não-europeus].

Em seguida, devem ser apresentados os volumes já publicados, pormenorizadamente, destacando as fontes que dizem respeito a Portugal e ao Brasil, sem nos perdermos em detalhes.

I. O primeiro volume, dividido em sete capítulos, trata das “origens medievais da expansão europeia”, ou seja, das “condições materiais e intelectuais, que possibilitaram, finalmente, nos séculos XIV e XV os grandes descobrimentos e a disseminação dos europeus sobre todo o mundo”.¹¹ Partindo dos conhecimentos europeus contemporâneos, baseados, não raramente, em mitos e histórias fabulosas, sobre as ilhas e países tanto no oeste, “além das colunas de Hércules” (capítulo 1, p. 1-70), quanto no leste (capítulo 2, p. 71-134), são elucidadas “as forças econômicas e sociais” (capítulo 3, p. 135-189), “as formas jurídicas e técnicas administrativas” (capítulo 5, p. 238-287) da expansão europeia, assim como “a política feudal curial” (capítulo 4, p. 190-237), que esteve a serviço desta política expansiva. Os últimos dois capítulos são dedicados a temas específicos, a saber: à “África sudanesa antes dos grandes descobrimentos” (capítulo 6, p. 288-310) e às “civilizações americanas pré-colombianas” (capítulo 7, p. 311-395).

1./2. Os monges irlandeses foram entre os primeiros que realizaram excursões de descobrimento, seja o empreendimento de São Brendan (490-573), no século VI, seja o descobrimento irlandês da Islândia, por volta de 795: seguiram os Viquingues, que chegaram, obviamente por acaso, por volta de 1000, à América. Nas navegações pelo Atlântico, chegou-se, nos séculos XIII e XIV até as Canárias e aos Açores, como consta, por exemplo, no mapa-múndi de 1459, feito pelo veneziano Frei Mauro da Murano, o “*geographus incomparabilis*”, apresentando um resumo dos conhecimentos geográficos daquele período.

¹¹ *Idem.*

3. A procura dos tesouros inimagináveis ou do lendário império do Preste João incentivou as viagens dos europeus para o oriente para a Ásia Central, em meados do século XIII, e, especialmente, para a China e o Japão, como mostra o relato famoso do comerciante veneziano Marco Polo (1254-1324) do fim do século XIII. Nos tempos medievais, economia e comércio foram as forças ativas que levaram as navegações adiante. Entre os seus representantes estavam, por exemplo, a nação marítima e comercial de Gênova, cujo comerciante Manuel Pessagno foi nomeado almirante, em 1317, pelo rei português, D. Dinis (1279-1325), e a poderosa Grande Sociedade Comercial de Ravensburg, que mantinha, em meados do século XV, um engenho de açúcar perto de Valência. Os produtos comerciais mais importantes foram, naquele tempo, quase os mesmos da época dos grandes descobrimentos: especiarias, comerciadas entre os séculos XIII e XV, especialmente, no mercado de Bruges em Flandres, açúcar, produzido a partir do século XV nas ilhas do Atlântico, como Madeira e as Canárias, e escravos, comerciados, por exemplo, no século XIII, na colônia genovesa de Kaffa na Criméia e utilizados, naquele tempo, pelos países da Europa do Sul, como também em Maiorca, onde havia uma grande proporção de escravos entre a população, até 36%, antes da grande peste negra em meados do século XIV.

4. Na Idade Média cristã, quando a cristandade ocidental ainda era unida, o papado foi geralmente reconhecido como a mais alta instância eclesiástica. Mesmo que os papas, na luta com os poderes seculares, não tenham conseguido atingir uma supremacia, príncipes e soberanos solicitaram, freqüentemente, a autorização papal para conquistas territoriais. Desta maneira, o papa Adriano IV (1110/20-1159, papa desde 1154) deu, em 1155 ou 1156, ao rei inglês, a Irlanda, o papa Clemente VI (por volta de 1292-1352, papa desde 1342), em 1344, ao Infante Luis de la Cerda de Castela, as Canárias, o papa Nicolau V (1397-1455, papa desde 1447) ao rei português Afonso V (1432-1481) e ao Infante Henrique (1394-1460) "os países, portos, ilhas e mares da África, incluindo o padroado sobre as igrejas, o monopólio de comércio e o direito de escravizar os infiéis",¹² e o papa Calisto III (1378-1458, papa desde 1455), em 1456, à Ordem portuguesa de Cristo¹³ o poder espiritual sobre todas as regiões do Cabo Bojador até o Cabo Nun na Guiné e daí em direção ao sul até [as regiões de] os Indianos, assim como sobre as ilhas no Atlântico".¹⁴

¹² SCHMITT, Eberhard. In: *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion*, Vol. 1, 1986, p. 231.

¹³ Esta ordem foi aprovada, em 1319, pelo papa João XXII (1244-1334, papa desde 1316).

¹⁴ SCHMITT, Eberhard. In: *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion*. Vol. I, p. 218.

5. Os territórios recém-conquistados no Levante ou no Atlântico como, por exemplo, os reinos na Terra Santa ou as ilhas no Egeu não estiveram fora do sistema comum jurídico e administrativo do seu tempo. Assim, o rei português Fernando (1345-1383, rei desde 1367) deu, em 1370, ao seu almirante e vassalo Lanzarote da Framqua, as ilhas Lanzarote (Nossa Senhora a Framqua) e Gomera como feudo, e Henrique, o Navegador (1394-1460), em 1446, a Bartolomeu Perestrelo a capitania da ilha Porto Santo como presente.

6./7. Sobre as condições políticas, econômicas e sociais, na África sudanesa – cuja riqueza aurífera atraiu as sociedades e repúblicas comerciais do Mediterrâneo e, no século XV, Portugal – e nas civilizações americanas antes da chegada dos europeus informam os capítulos 6 e 7. Quanto à África ao sul do Saara, trata-se de relatos de árabes como Ibn Battuta (1304-136/69 ou 1377), Yaqut (morto por volta de 1229), assim como de venezianos como Alvise da Ca'da Mosto (por volta de 1455), quanto às civilizações pré-colombianas na América, os informadores são europeus e, quase que exclusivamente, eclesiásticos como Fray Diego de Landa (1524-1579), Alonso de Zorita (1511?-após 1585), Bernardino de Sahagún (1499?-1590), Juan de Castellanos (1523-1607), Lucas Fernández de Piedrahita (1624-?) e outros. Eles apresentam vários aspectos de Estado e sociedade, ou seja, da vida humana nos impérios da América pré-colombiana: a organização política e social, a religião e os costumes funerários, a educação, etc.

II. Os 14 capítulos do segundo volume, que foi, na verdade, publicado como primeiro desta série, tratam dos grandes descobrimentos do século XV até o século XVIII – com exceção dos do interior da África e da Ásia, onde a contribuição dos europeus foi relativamente pequena. Neste período de quase quatro séculos, que trouxe a “europeização do mundo”, a visão do mundo se ampliou imensamente, através do aumento sucessivo dos conhecimentos geográficos. Esta mudança é tema do primeiro capítulo (p. 1-40), que inicia com uma carta do médico erudito Paolo dal Pozzo Toscanelli (1397-1482) a Fernam Martins de Roriz, o confessor do rei português Afonso V de 25 de junho de 1474 e encerra com algumas observações de Johann Reinhold Forster (1729-1798), feitas na circunavegação de James Cook (1728-1779), entre 1772 e 1775. A este capítulo introdutório, seguem, numa seqüência mais ou menos cronológica, as fases singulares dos grandes descobrimentos, a saber:

- Os descobrimentos portugueses no Atlântico e na costa oeste da África, ou seja da conquista de Ceuta em Marrocos, em 1415, até a dobradura do Cabo da Boa Esperança, em 1488, por Bartolomeu Dias (por volta de 1450-1500) (capítulo 2, p. 41-88);
- a procura da via marítima ao oeste para a Índia, a partir de uma expedição dinamarquesa-portuguesa para a Groenlândia, em 1473, até a descoberta do Novo Mundo por Cristovão Colombo (1451-1506) (capítulo 3, p. 89-125);
- a abertura da via marítima ao leste para a Índia, por Vasco da Gama (1468/69-1524), que chegou, em abril de 1498, em Calicut, na Índia, e por Pedro Álvares Cabral (1467/68-1520 ou 1526), comandante da segunda armada portuguesa, enviada à Índia, que desviou-se da rota e veio, como se sabe, a descobrir o Brasil (capítulo 4, p. 126-150);
- os descobrimentos na costa leste da América do Sul e da América Central, à procura de uma passagem para as “ilhas de especiarias”, ou seja, as Molucas, quando Vicente Yáñez Pinzón (1461-1514) encontrou, em janeiro de 1500, como primeiro europeu, até antes que Cabral tenha descoberto e tomado posse do Brasil, ao Brasil e à foz do Amazonas e Juan Díaz de Solís (1450-1516) entrou, no início de 1516, na foz do Rio de La Plata (capítulo 5, p. 151-185);
- o descobrimento da passagem a oeste para as “ilhas de especiarias” pelo português Fernão de Magalhães (1480?-1521), que tentou, a serviço do rei de Castela, Carlos I (1500-1555, rei de 1516 a 1556), mais tarde como Carlos V, Imperador do Império Romano-Germânico, encontrar uma via marítima para as Molucas no oeste, conseguindo, assim, a primeira circumnavegação do mundo (1519-1521/22), mesmo que tenha sido morto durante esta viagem (capítulo 6, p. 186-210);
- os avanços dos portugueses na região do Oceano Índico e no Extremo Oriente, quando chegaram, em 1511, via Malaca, às “ilhas de especiarias” [as Molucas], em 1514, ao Cantão na China e, em 1543, ao Japão, enviando, em 1517, uma delegação à corte do imperador da China e uma outra, em 1520, à corte do rei da Etiópia (capítulo 7, p. 211-241);
- os descobrimentos na costa leste da América do Norte, à procura de uma passagem ao Japão e à China, da chegada de Giovanni Caboto (em inglês: John Cabot) (1450-1499) que esteve a serviço da coroa inglesa, em junho de 1497, e dos irmãos portugueses Gaspar (1450?-1501?) e Miguel (1450?-1502?) Corte Real, em 1501/02, na América do Norte, até as

expedições de Giovanni da Verrazano (1485-1528), em 1524, ao longo da costa norte-americana e a entrada, em 1534, de Jaques Cartier (1491-1557), a serviço da França, ao golfo de São Lourenço (capítulo 8, p. 242-269);

- a procura de uma passagem nordeste do Atlântico ao Pacífico, isto é, ao longo da costa norte da Eurásia, e de uma passagem noroeste, ou seja, ao norte do continente norte-americano, pelos ingleses como Henry Hudson (por volta de 1550-1611) e pelos holandeses como Willem Barents (1550-1597), a fim de poder concorrer com as potências ibéricas pela riqueza da Índia do Leste – mas ainda em vão na segunda metade do século XVI e no início do século XVII (capítulo 9, p. 270-305);
- a colonização e conquista da terra firme da região do golfo do México, quando Hernán Cortés (1485-1547) tomou, em 1521, a cidade de Tenochtitlán e Pedro de Alvarado, em 1524, a Guatemala e o El Salvador, e alguns conquistadores avançaram ao território norte-americano como à Florida, em 1513, ao Meio-oeste, nos anos de 1539 a 1543, e à região do *Grand Canyon*, do *Llano Estacado* e aos *Great Plains*, nos anos de 1540 a 1542 (capítulo 10, p. 306-354);
- a colonização e conquista da América do Sul pelos conquistadores espanhóis, entre os anos de 1513 a 1560/61, quando Vasco Nuñez de Balboa (por volta de 1475-1519) descobriu, em 1513, o “Mar do Sul”, isto é, o Oceano Pacífico, quando Francisco Pizarro (1475-1541) iniciou e terminou, entre os anos de 1521 a 1533, a conquista do império dos Incas no Peru, quando Francisco de Orellana (1511-1542) navegou, em 1542, como primeiro europeu, o rio Marañón, do curso superior até a sua foz para o Atlântico, batizado, mais tarde, segundo as guerreiras femininas índias, Rio Amazonas, quando Pedro de Valdivia (1500-1553) conquistou, entre 1540 e 1553, o Chile, e quando os conquistadores da região de La Plata conseguiram estabelecer uma ligação com os do Peru – um período, portanto, quando os povos indígenas foram dizimados, sem quaisquer escrúpulos, pelos conquistadores europeus, que estiveram à procura do El Dorado lendário (capítulo 11, p. 355-463);
- a colonização da América do Norte pelos europeus realizou-se mais tarde do que no sul do continente, especialmente nos séculos XVII, XVIII e XIX, na maior parte das vezes por barcos como meio de transporte, e, muitas vezes, por franceses como, por exemplo: Samuel de Champlain (por volta de 1567-1635), o

“Pai do Canadá”, que passou o inverno de 1615/16 no território da tribo dos horonianos, nos Grandes Lagos, de Robert Cavalier de La Salle (1643-1587), um ex-jesuíta, que chegou, em 1682, como primeiro europeu, dos Grandes Lagos à foz do *Mississipi*, chamando o território descoberto, em honra do rei francês Louis XIV, ‘*Louisiana*’ e Pierre Gaultier de Varennes et de la Vérendrye (1685-1749), que chegou, entre os anos de 1738 e 1743, vindo do norte, à procura do “Mar do Oeste”, aos *Rocky Mountains* e ao rio *Missouri*; após Napoleão Bonaparte (1769-1821) ter vendido, por contrato, em 30 de abril de 1803, Louisiana aos Estados Unidos, as regiões no oeste dos rios de *Mississipi* e *Missouri* foram colonizadas, entre 1804 e 1806, por Meriwether Lewis (1774-1809) e William Clark (1770-1838), que estiveram a serviço do Congresso americano, equipados com uma instrução pelo próprio presidente Thomas Jefferson (1743-1826) (capítulo 12, p. 464-496);

- o avanço dos russos para a Sibéria e Alasca a partir de meados do século XVI, quando a família e dinastia empresarial dos Stróganov providenciou, sob o governo do Czar Ivan IV (1530-1584), chamado o Terrível, a colonização e exploração da Sibéria, até as expedições para a *Kamtschatka*, isto é, a península asiática entre a parte ao norte do Oceano Pacífico, e *Ochotsk*, as duas dirigidas por Vitus Jonasson Bering (1680-1741), a primeira realizada entre 1725 e 1729, a fim de resolver a questão, se a Ásia e a América seriam ligadas, e a segunda, realizada entre 1733 e 1743, a fim de agrimensurar e cartografar esta região do mundo, pesquisar as possibilidades do comércio com a América e o Japão, assim como realizar alguns estudos e experimentos científicos (capítulo 13, p. 497-521); e, finalmente,
- a procura da Terra *australis* e a colonização do Pacífico; após o agostiniano Andrés de Urdaneta (1498-1568) como diretor não-oficial de uma expedição espanhola ter conseguido encontrar, em 1564/65, a passagem de oeste para o leste, ou seja, a volta das Filipinas pelo Pacífico à América, começou a procura do continente lendário do sul, lugar “rico de prata e ouro”, por Álvaro Mendaña de Neyra (1541-1596), nos anos entre 1567 e 1569 e entre 1595 e 1597, por Pedro Fernandez de Quirós (1565?-1615), que tomou posse, em 1606, das Novas Hébridas, chamando-as “*la Australia del Espiritu Santo*”, pelos holandeses Jacob Le Maire (1585-1616), que conseguiu, em 1515, circunavegar o Cabo Horn, isto é, o ponto mais ao sul da América, e, assim, encontrar a via marítima do Atlântico para o Pacífico e ao “Mar do Sul”, e Abel Janszoon Tasman

(1603-1653), que circunavegou, nos anos de 1642 e 1643, o continente da Austrália, Jacob Roggeveen (1659-1729), que descobriu, em 1722, as Ilhas de Páscoa, e por James Cook (1728-1779), que realizou três circunavegações do mundo, entre 1768 e 1771, 1772 e 1775 e 1776 e 1780 e dedicou-se, intensamente, à investigação do mundo das ilhas no Pacífico do Sul – após ter concluído, na sua segunda viagem, que uma Terra *australis* não existia (capítulo 14, p. 522-597).

III. O terceiro volume, dividido em quatro capítulos, trata dos primórdios de uma política colonial bem pensada das potências européias no Ultramar, ou seja, da estrutura e organização dos novos impérios coloniais.

1. O ponto de partida deste volume é a questão, quais foram os motivos que levaram indivíduos ou grupos sociais nos países europeus a iniciar planos de colonização (capítulo 1, p. 1-115). Na verdade, os interesses coloniais foram muito diferenciados. A colonização dos territórios descobertos foi incentivada por razões políticas, econômicas e sociais, para aumentar a reputação do próprio Estado na concorrência com os outros, pela cobiça de enriquecimento rápido e pela procura de aventuras como no caso da maioria dos conquistadores, e, também, a fim de missionar os povos índios e disseminar o cristianismo. Colônias foram fundadas para assegurar, a longo prazo, a posse dos países recém-descobertos; como objeto de investimento, como no caso de Sir Walter Raleigh (por volta de 1554-1618), que fez, em 1589, um contrato empresarial para a colonização da Virgínia; por razões religiosas, como no caso dos puritanos ingleses, que emigraram entre 1620 – com a embarque dos famosos Pilgrim's Fathers – e 1642 para a Nova Inglaterra no território norte-americano; como experimento político como no caso de William Penn (1644-1718), que deu, em 1682, ao seu Estado *Pennsylvania* uma constituição baseada na tolerância e na não-violência; como contribuição para superar o pauperismo, como consta num escrito publicitário de 1733 para a colônia da Geórgia.

2. As formas de como a terra ultramarina foi ocupada e colonizada, foram, também, diferentes (capítulo 2, p. 116-267). Enquanto no Novo Mundo da América, geralmente, uma colonização territorial foi realizada, na Ásia do Sul e do Sudeste, os europeus, especialmente, os holandeses, se limitaram a estabelecer bases comerciais. Uma multiplicidade de exemplos ilustrativos elucida a variedade destas formas; são considerados:

- os portugueses, que fundaram, em 1482, o Forte São Jorge da Mina, na costa da Guiné, conquistaram, em 1510, sob a direção militar de Afonso de Albuquerque (1462-1515) Goa e começaram a fundar, no início da década de 30 do século XVI, as primeiras colônias no Brasil;
- os espanhóis, que tomaram, formalmente, posse, em 1519, do Panamá e continuaram o seu avanço para a América do Sul, especialmente, à procura de ouro;
- os holandeses, que se radicaram, nos anos de 1610 a 1612, em Java, Guiana e na região do Amazonas, fundaram, em 1652, uma colônia no Cabo da Boa Esperança e conseguiram estender o seu domínio em Java no decorrer do século XVIII;
- os franceses, que tiveram dificuldades de estabelecer-se no Brasil e na Flórida, na década de 60 do século XVI, e também, a partir de 1635, no Caribe, mas conseguiram se estabelecer, no início do século XVII, no Canadá, no início da década de 70, na costa da Guiné, na Índia, e em Louisiana;
- os ingleses, que chegaram, a partir de 1600, à Virgínia e a outros Estados da Nova Inglaterra, na África e na Índia,
- os suecos, que fundaram, em 1638, uma colônia em *Delaware*, e
- os prussianos, que fundaram, em 1683, uma base na costa da Guiné.

3. Relacionada, estreitamente, com a questão da colonização, está a questão da emigração dos países europeus (capítulo 3, p. 268-438), promovida e dirigida, em regra geral, pelos governos ou organizações governamentais, especialmente, na época do Mercantilismo, doutrina econômica dominante a partir do século XVII. Devido à falta de colonos e, especialmente mulheres, os governos das potências coloniais da Europa convidaram os seus súditos para emigrar às colônias ultramarinas, desenvolvendo uma forte propaganda e concedendo aos emigrantes as melhores condições. Os colonos das camadas mais baixas chegaram, na esperança de uma vida melhor e, quase sempre, sem experiência, ao Novo Mundo, onde tinham de agüentar, especialmente no início, privações e perigos. Para conseguir pagar a passagem, eles foram até dispostos a vender o seu trabalho futuro nas colônias, como mostra o modelo de um contrato de emigração (1653) para os *Engagés*, que se deslocaram às colônias francesas (Antilhas, Canadá). As colônias atraíram, desde o início, pessoas perseguidas por razões religiosas como os puritanos (Nova Inglaterra) ou os huguenotes (colônia holandesa no Cabo

da Boa Esperança), mas se tornaram, também, lugares, aonde foram enviados presidiários e banidos como em New South Wales (1788). As conseqüências negativas de uma emigração em massa, isto é, a despovoação de regiões quase inteiras para os países de origem, mostram os exemplos do Principado de Nassau-Dillenburg e do Principado Eleitoral de Palatinado, na Alemanha, em 1709.

4. A expansão europeia para o Ultramar foi acompanhada e seguida pela missão e catequese (capítulo 4, p. 439-543), acrescentada à conquista político-militar a religiosa. As igrejas, especialmente a católica, e os vários grupos religiosos contribuíram muito para a fundação e consolidação dos impérios coloniais europeus. Os missionários europeus obtiveram grandes sucessos de conversação, como no caso do príncipe congolês Dom Afonso por volta de 1500, ou da casta hindu dos Paravetes, em 1537, ou, também, no Brasil, onde a Companhia de Jesus fundou missões para conversar e proteger os índios. Os direitos indígenas foram tematizados e discutidos, muitas vezes, em contexto com a questão da “guerra justa”, pelos missionários como os dominicanos Antônio Montesinos (1470-1530) e Bartolomé de Las Casas (1484-1566). Os religiosos europeus trouxeram consigo a cultura europeia, que entrou em conflito com as outras civilizações: a japonesa, a chinesa, a hindu, a indígena, etc. – um conflito no qual o papado optou contra a exceção de concessões. Membros da Companhia de Jesus trabalharam no Brasil, como o austríaco Antônio Sepp (1655-1733), ou como Jean de Brébeuf (1593-1549), no Canadá francês, onde os jesuítas tinham o monopólio de missão entre 1632 e 1672. A partir do século XVIII, a crítica da atuação jesuítica nas colônias aumentou, tanto nas Antilhas francesas quanto no Brasil português. Ao contrário do catolicismo, a missão protestante no século XVII encontrou dificuldades, nos territórios coloniais, dominados pelos holandeses, assim como na Nova Inglaterra.

IV. Através de quase cem documentos variados – diários, relações pessoais e cartas, memoriais, instruções e outros escritos oficiais, relatórios e balanços de negócios, manuais e descrições de viajantes, entre outros – do século XV até o século XVIII, o quarto volume ilustra aspectos diferentes de economia e comércio e com os impérios coloniais, incluindo os problemas logísticos, organizadores, jurídicos e humanos.

Os seis capítulos tratam

- do comércio atlântico, especialmente com escravos, e das relações econômicas entre as colônias e os países centrais (capítulo 1, p. 1-145);
- do comércio asiático com mercadorias de luxo, como especiarias, prata, seda e chá (capítulo 2, p. 145-313);
- de várias formas de tirar proveito econômico dos recursos naturais no Ultramar, como a pesca nas águas do Ártico, a pesca de pérolas, a captura e o comércio de peles no Canadá e na Sibéria e a exploração de madeira (capítulo 3, p. 314-392);
- da extração de metais preciosos na América do Sul e na África (capítulo 4, p. 393-494);
- da gênese e disseminação de fazendas, plantações de tabaco e engenhos de açúcar (capítulo 5, p. 495-593);
- e dos primórdios de um sistema econômico global no contexto da expansão européia para o Ultramar (capítulo 6, p. 594-668).

Conclusão

Os quatro volumes publicados com quase 2.500 páginas apresentam uma multiplicidade e variedade impressionante de “documentos sobre a história da expansão européia”, cujos maiores representantes entre o fim da Idade Média e o início do século XIX foram Portugal, a Espanha, a França, os Países-Baixos, a Inglaterra, a Rússia e alguns outros Estados europeus. As fontes primárias apresentadas, fornecendo uma multiplicidade de informações e detalhes de uma perspectiva conscientemente européia, dão ao leitor uma noção diferenciada do processo da expansão, ocupação e colonização européia do mundo, especialmente das regiões da América, da Ásia e da Austrália e Oceania – “processo abrangente da Europa inteira”, que é mais do que “uma mera aglomeração de esforços (coloniais) isolados, mas concomitantes dos Estados e sociedades comerciais da Europa”.¹⁵ Os volumes representam, com isso, uma base ampla de documentos para a pesquisa comparativa sobre vários aspectos deste processo, que se realizou muito diferenciadamente, dependendo das respectivas condições políticas, econômicas e sociais das nações coloniais e dos seus interesses, assim como das condições políticas, econômicas e sociais encontradas nos territórios ultramarinos.

¹⁵ SCHMITT, Eberhard: Vorwort. In: *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion*. Vol. 4, 1988, p. VI.

É claro que esta publicação é dirigida, especialmente, ao público de língua alemã, disponibilizando fontes primárias ligadas ao tema, tanto clássicas e muito conhecidas quanto raras, pouco acessíveis e divulgadas pelas línguas espanhola, portuguesa, francesa, holandesa, inglesa, russa, etc., numa tradução moderna para o alemão. Neste sentido, esta coleção de documentos é de grande valor para os pesquisadores alemães ou outros que dominam o idioma alemão.

Em que poderia consistir o valor específico desta publicação, pode-se perguntar, legitimamente, para um público diferente, ou seja, mais exatamente, para o público interessado brasileiro ou ibero-americano?

Os volumes apresentam documentos que se referem ao processo abrangente da expansão e colonização, ou seja, às ambições coloniais dos vários países europeus, cujos colonos se estabeleceram nas várias regiões do mundo. Qualquer pesquisa historiográfica, seja alemã, brasileira ou qualquer outra, pode lucrar, através de uma perspectiva ampla e comparativa. Isto é válido, também e em especial, quanto ao processo de "europeização do mundo" na primeira era colonial. Além disso, a multiplicidade de referências bibliográficas, atribuídas a cada um dos documentos apresentados, e mencionando a fonte e a literatura de apoio – especialmente a alemã, inglesa e francesa –, referente à respectiva fonte e à sua contextualização, permitem aos leitores brasileiros e ibero-americanos uma idéia das pesquisas realizadas por pesquisadores especializados de vários países europeus e norte-americanos, que estão trabalhando sobre este tema. Um dos mais importantes centros na Europa para investigar a história européia ultramarina tornou-se o grupo de pesquisa, fundada na Universidade de Bamberg, refletindo a diversidade de aproximar-se ao tema e acentuando o intercâmbio científico nacional e internacional.

O conhecimento recíproco; o entrelaçamento da pesquisa internacional; a "globalização científica" parece ser, em nossos dias, ou seja, no século XXI, quando se realiza, após as duas primeiras etapas coloniais, uma nos séculos XV a XVIII e a outra nos séculos XIX e XX, a terceira fase de uma maior integração do mundo, fundamental e imprescindível para uma pesquisa séria e profunda, a fim de melhor compreender o processo da globalização e das suas repercussões.

Referências

Para entrar em contato com o grupo de pesquisa em Bamberg:

www.uni-muenster.de/FVEUG/profil.htm

www.forschungstiftung-ueberseegeschichte.de

www.uni-bamberg.de/~ba5ne3/home.html

Der Förderverein "Forschungstiftung für vergleichende europäische Überseegeschichte". Ein Profil. – The Federation/Foundation of Comparative History of European Expansion. Zusammengestellt von Roderich PTAK und Thomas BECK (Kleine Beiträge zur europäischen Überseegeschichte, Heft 20), Bamberg: Förderverein (...) in Zusammenarbeit mit dem Lehrstuhl für Neuere Geschichte an der Universität Bamberg 1996 (1. Aufl. 1992).